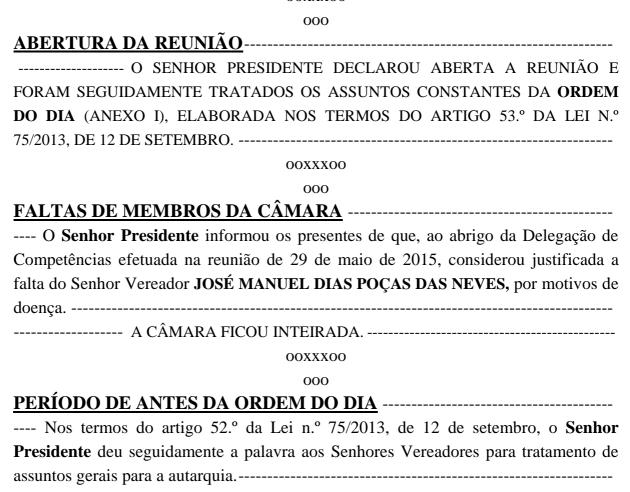


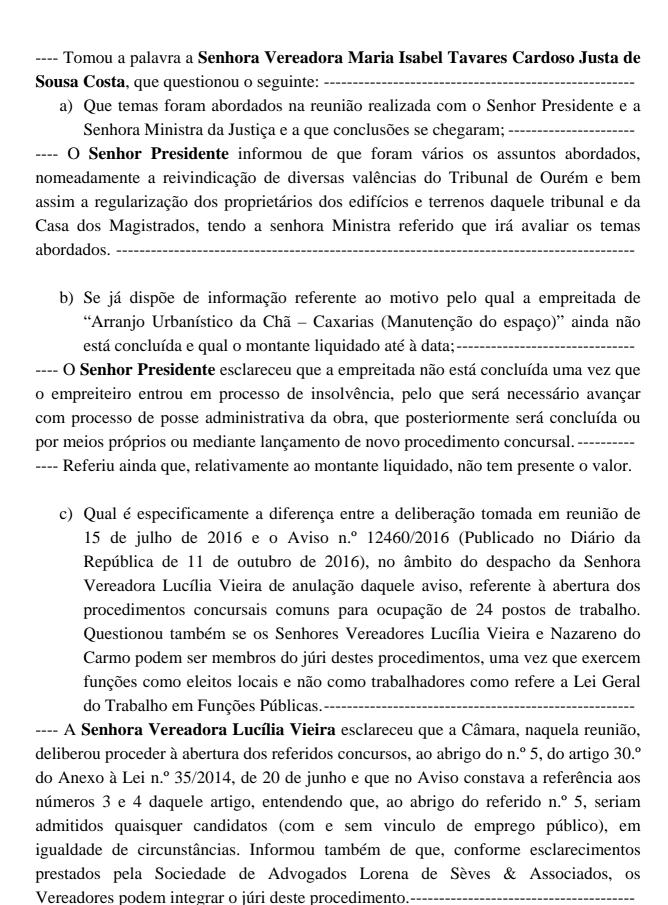
# ATA N.º 23 (REUNIÃO PRIVADA)

---- Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezasseis, na Cidade de Ourém, no edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e JOÃO PAULO PINA REBELO, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos. ----

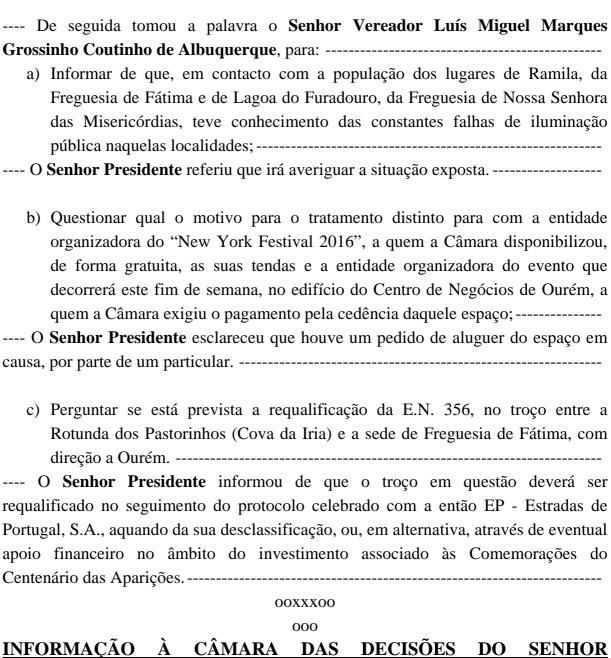
ooxxxoo



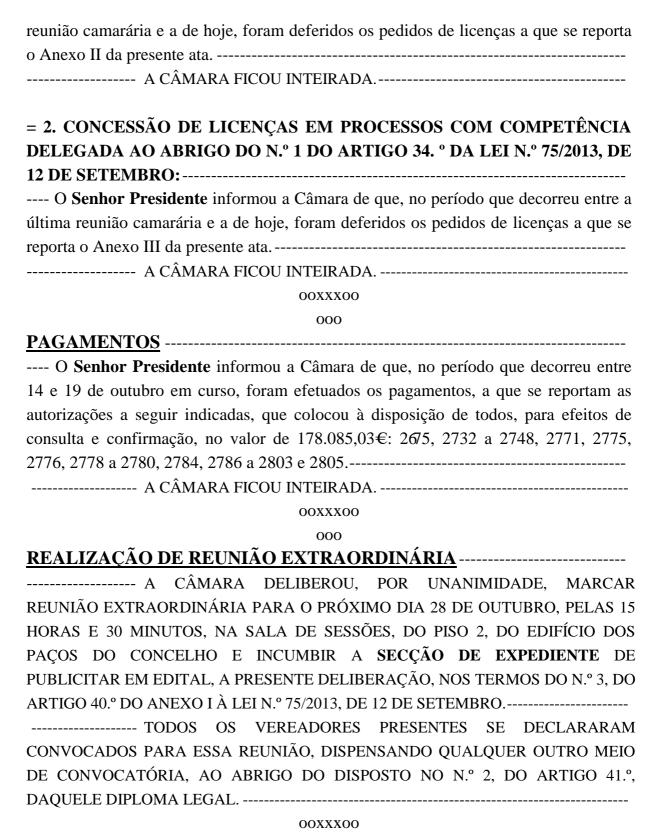






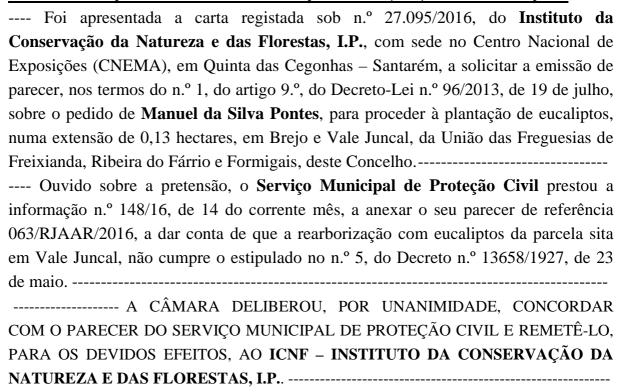








#### AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO -----



ooxxxoo

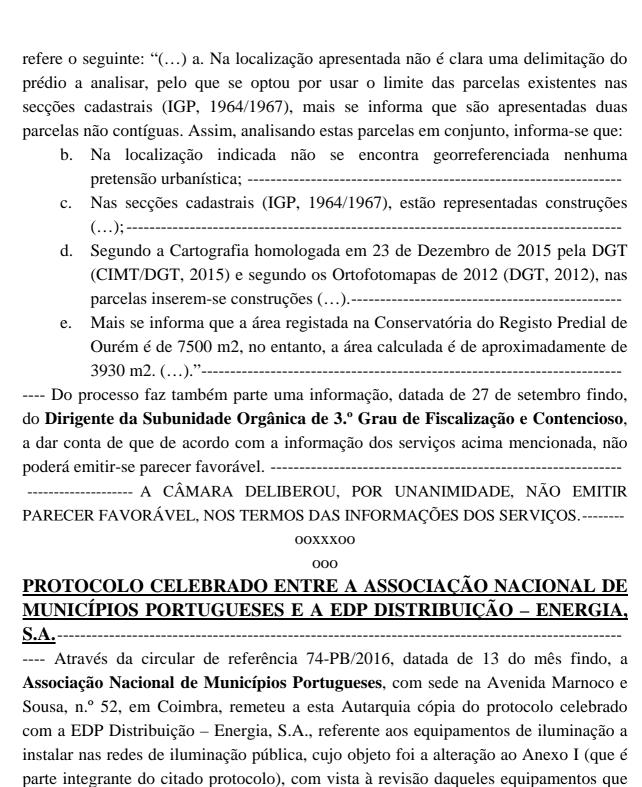
000

# AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)

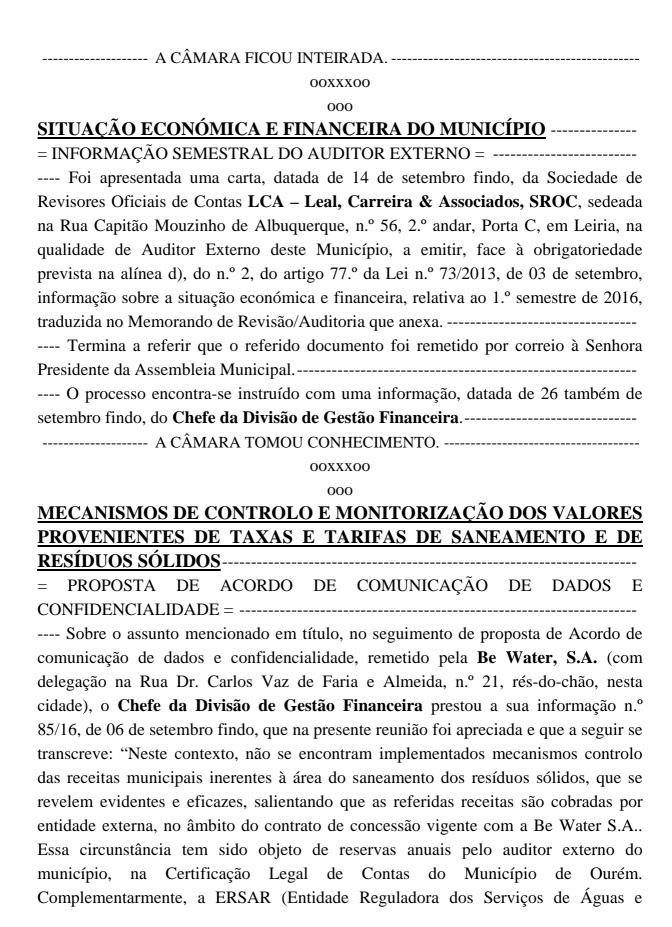
Prédio rústico composto por terra de semeadura com oliveiras, poços de água nativa e árvores de fruto, sito em Peras Ruivas, da Freguesia de Seiça, do Concelho de Ourém, com a área de 7500 m², a confrontar a norte e a nascente com serventia, a sul com João Sousa e a poente com Isabel Maria Faria de Almeida Borga, inscrito na matriz predial rústica da dita freguesia sob o artigo n.º 14301 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 442.

---- Ouvida sobre o assunto, a **Equipa de Projeto "Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017"** prestou a informação n.º 212/16, de 15 do mês findo, que

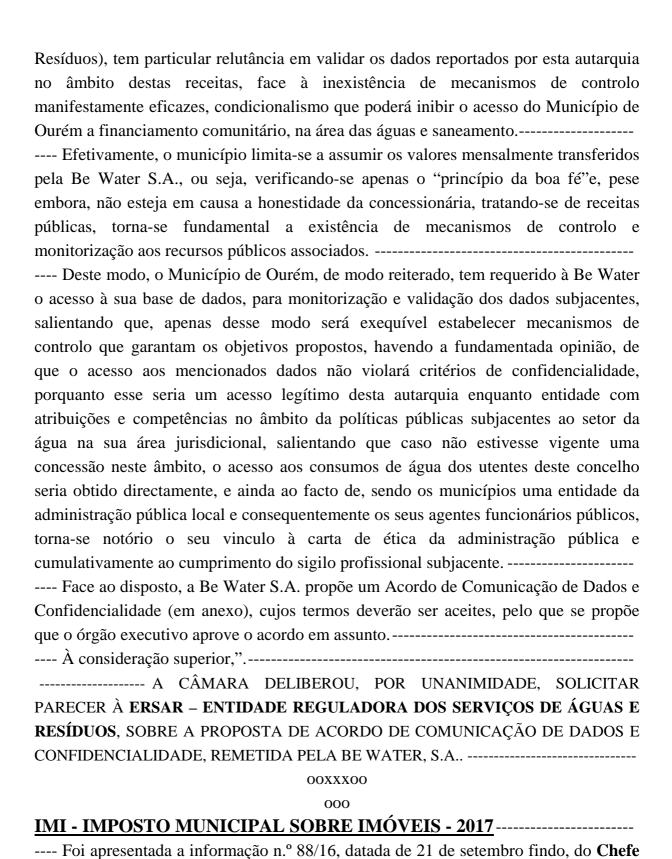












da Divisão de Gestão Financeira, que se passa a reproduzir: "I – Taxas a aplicar em 2017 sobre o exercício de 2016-----



---- Nos termos do artigo 1.º do Código do Imposto Municipal sobre imóveis aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, "o IMI incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizam". Posteriormente, a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterou as taxas admissíveis neste âmbito, anulando o efeito das medidas fiscais anticíclicas estabelecidas na Lei 64/2008, de 5 de dezembro, que anteriormente alterou o CIMI. Em 2016, a Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março veio alterar a taxa máxima admissível de 0,500%, para 0,450%.--------- Deste modo, as taxas do IMI deverão ser fixadas anualmente pelos Municípios da área de localização dos prédios, dentro dos seguintes intervalos, nos termos do artigo 112º do CIMI (com a alterações introduzidas):-----• Entre 0,3% e 0,45% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI;-------- Complementarmente, será de referir que a taxa aplicável aos prédios rústicos é de 0.8%.----------Quadro A – Taxas de IMI vigentes no Distrito de Santarém ----------(Em 2016 sobre o exercício de 2015)------

Distrito de Santarém	Taxa Urbana - IMI	Taxa Rústica
Abrantes	0,400%	0,80%
Alcanena	0,425%	0,80%
Almeirim	0,400%	0,80%
Alpiarça	0,300%	0,80%
Benavente	0,370%	0,80%
Cartaxo	0,500%	0,80%
Chamusca	0,300%	0,80%
Constância	0,370%	0,80%
Coruche	0,350%	0,80%
Entroncamento	0,360%	0,80%
Ferreira do Zêzere	0,300%	0,80%
Golegã	0,350%	0,80%
Mação	0,300%	0,80%
Ourém	0,330%	0,80%
Rio Maior	0,400%	0,80%
Salvaterra de Magos	0,350%	0,80%
Santarém	0,500%	0,80%
Sardoal	0,325%	0,80%
Tomar	0,350%	0,80%
Torres Novas	0,390%	0,80%
Vila Nova da Barquinha	0,320%	0,80%

Fonte: Autoridade Tributária e Aduaneira

Municípios com taxas inferiores Municípios com taxas superiores



---- Analisando o quadro acima apresentado, verifica-se que apenas Alpiarça, Chamusca, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha aplicam uma taxa urbana inferior à praticada em Ourém. Ao invés 14 dos 21 municípios que compõem o distrito de Santarém aplicam uma taxa urbana superior, com particular relevo para os territórios de maior similaridade neste contexto geográfico, particularmente, Abrantes (0,400%), Tomar (0,350%) e Torres Novas (0,390%).-------------------------Quadro B – Taxas de IMI vigentes nos Municípios que compõem a AMLEI ------

-----(A cobrar em 2016 sobre o exercício de 2015) -----

·		
AMLEI	Taxa Urbana - IMI	Taxa Rústica
Alvaiázere	0,400%	0,80%
Ansião	0,400%	0,80%
Batalha	0,300%	0,80%
Leiria	0,375%	0,80%
Marinha Grande	0,300%	0,80%
Ourém	0,330%	0,80%
Pombal	0,300%	0,80%
Porto de Mós	0,300%	0,80%

Fonte: Autoridade Tributária e Aduaneira

Municípios com taxas inferiores Municípios com taxas superiores

---- Relativamente aos municípios que compõem a AMLEI, Batalha, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós aplicam uma taxa inferior, ao aplicarem 0,300%.-----------Quadro C – Estatísticas de Liquidação (2016)-------

Dooignooão	Valor Patrimonial		Contribuição do		Isentos	Impacto resultante da
Designação	Isento Temp.	Isento Perm.	Sujeito	Ano	Técnicos	variação de 0,1 p.p.
Urbanos (CIMI)	299.100.187,58 €	345.132.078,85 €	1.932777.044,53 €	6.237.896,14 €	4.023,40 €	1.873.242,08 (
Rústicos	2.364.893,77 €	410.461,53 €	11.729.482,69 €	71629,48 €	11.183,40 €	

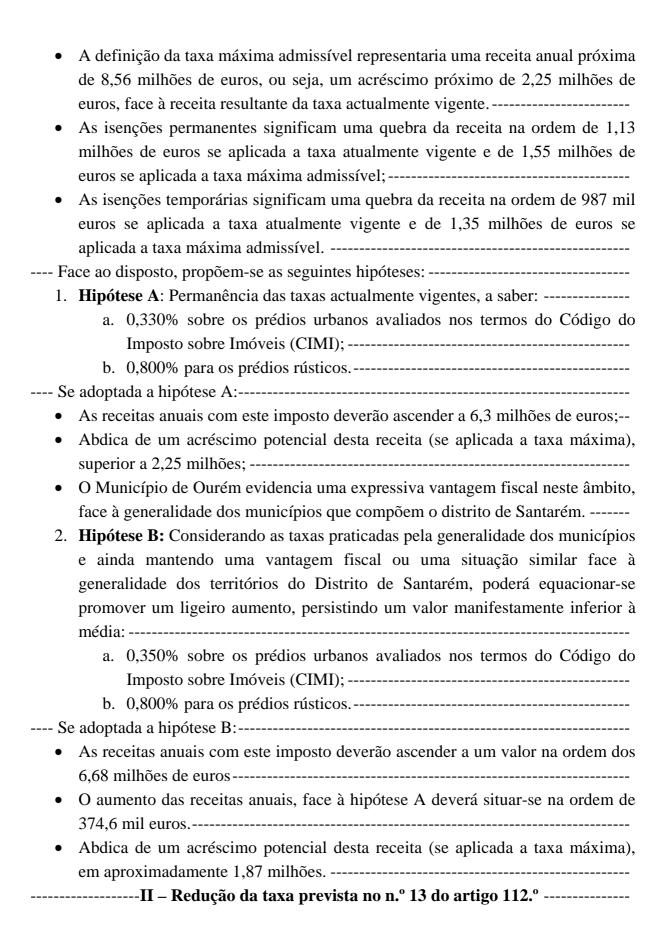
(Apuramento de 31/08/2016)

Fonte: Autoridade Tributária e Aduaneira

---- No contexto do Município de Ourém, as receitas resultantes deste imposto directo são manifestamente expressivas, estimando-se que a contribuição total do ano de 2016 (a cobrar em 2017, caso se mantenha a taxa vigente) se situe na ordem dos 6,3 milhões de euros.------

- ---- Observando os valores dispostos efectuou-se uma extrapolação do impacto resultante de uma eventual variação, tendo por base o valor de contribuição prevista nas estatísticas de liquidação de 2016. Consequentemente, constata-se que: ------
  - A variação de 0,1 p.p na taxa incidente sobre os prédios urbanos representa uma variação da receita municipal ligeiramente superior a 1,87 milhões de euros; ---







---- A LOE/2016 (Lei 7-A/2016), de 31 de março, veio aditar o CIMI, com a possibilidade dos municípios deliberarem uma redução da taxa do IMI incidente sobre a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que fazem parte do seu agregado, atendendo ao previsto no artigo 13.º do Código do IRS, de acordo com a seguinte tabela: -------

----Quadro D – Reduções admissíveis-----

Número de dependentes a cargo	Redução de taxa até
1	20€
2	40€
3	70€

---- A aplicação da taxa de redução fixa deriva no seguinte impacto:-----

- Agregados com 1 dependente (1.838): redução da receita em 36.760 euros; -----
- Agregados com 2 dependentes (1.786): redução da receita em 71.440 euros;----
- Agregados com 3 ou mais dependentes (282): redução da receita em 19.740 euros.

- Número de dependentes a cargo = 1 : Dedução fixa = 20 euros; -----
- Número de dependentes a cargo = 2 : Dedução fixa = 40 euros; -----
- Número de dependentes a cargo ≥ 3 : Dedução fixa = 70 euros. -----
- ---- À consideração superior,".-----
- ---- Neste contexto o MOVE Movimento Ourém Vivo e Empreendedor tendo em atenção que, até ao momento, não foi dada satisfação à proposta (vide em anexo) que apresentámos em 2016.04.01 sobre: **PEDIDO "COM CARÁTER EXCECIONAL" DA**

ISENÇÃO DE IMI, DO IMT E DA DERRAMA PARA O ANO DE 2017, propõe que
este assunto seja reagendado depois dum estudo económico-financeiro da mesma
efetuado pela Divisão de Gestão Financeira
Caso esta proposta não seja aprovada por maioria o MOVE faz saber que:
a) Apresentará uma declaração política criticando o desinteresse manifestado pela
Câmara Municipal para com a nossa proposta de 2016.04.01;
b) Se recusará votar a favor qualquer aumento da taxa do IMI em vigor que
resultou duma proposta do MOVE apresentada no ano transato e votada por maioria;
c) Se manterá atenta ao conteúdo do ORÇAMENTO para 2017 onde reivindicará
que sejam levadas em linha de contas as suas propostas
Após análise do Orçamento em causa, ponderará o seu sentido de voto."
O Senhor Presidente informou de que a proposta apresentada não é exequível
porquanto a mesma iria reduzir drasticamente as receitas do Município e de que há um
valor mínimo a considerar
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, PROPOR À
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO N.º 4, DO ARTIGO
112.º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI) E NA ALÍNEA
D), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
A FIXAÇÃO DAS SEGUINTES TAXAS A PRATICAR NA COBRANÇA DO IMPOSTO
MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS NO ANO 2017:
> 0,33% SOBRE PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS NOS TERMOS DO
REFERIDO CÓDIGO;
> 0,80% PARA OS RESTANTES PRÉDIOS RÚSTICOS
MAIS DELIBEROU, TAMBÉM POR UNANIMIDADE, PROPOR À
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 112.º-A
DO CIMI, A APLICAÇÃO DA DEDUÇÃO FIXA A PRATICAR NA COBRANÇA DO
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS NO ANO 2017, INCIDENTE SOBRE A
HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, COINCIDENTE COM O DOMICÍLIC
FISCAL DO PROPRIETÁRIO, EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE DEPENDENTES QUE
NOS TERMOS DO CÓDIGO DO IRS, FAZEM PARTE DO AGREGADO FAMILIAR, DO
SEGUINTE MODO:
➤ UM DEPENDENTE – 20 EUROS
➤ DOIS DEPENDENTES – 40 EUROS;
> TRÊS OU MAIS DEPENDENTES – 70 EUROS



#### OOXXXOO

000

#### RECEITAS MUNICIPAIS – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS-----

- Uma subvenção específica, determinada a partir do Fundo Social Municipal (FSM), cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da administração central para os municípios;------
- Uma participação variável de 5% no IRS, determinada nos termos do artigo 26.°, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS.-------



aceder a uma parte desta receita, mas obtendo um maior grau de satisfação dos residentes ou potenciais residentes, dado o desagravamento fiscal ocorrido. --------- No entanto, note-se que esta condição não será preponderante e muito menos suficiente no sentido de impelir a deslocação ou migração dos cidadãos dentro do território nacional, considerando que o impacto desta redução, num cidadão padrão, terá um impacto monetário anual de reduzida relevância material.--------- Complementarmente, será de referi que, quanto menor for o rendimento, menor será a cobrança de IRS (que em algumas situações é mesmo inexistente) e consequente menor será a redução resultante deste eventual desagravamento fiscal, sendo de registar que este factor fiscal anula, em parte, o efeito previsto no IRS, patente no agravamento progressivo das taxas aplicáveis, em afectação proporcional ao acréscimo do volume remuneratório, circunstância que visa, nomeadamente, atenuar os gap's salariais existentes, criando um mecanismo de redistribuição dos rendimentos. --------- Neste âmbito, verifica-se que, aproximadamente, 6% dos contribuintes, respeitantes aos escalões mais elevados de IRS (acima de 50 mil euros), representam um peso no total desta receita nos cofres do Estado, na ordem dos 63%. ---------- Face ao disposto, torna-se notório que, face à desigualdade social existente e à substancial divergência no contributo para o rendimento do referido imposto, será manifestamente perceptível que os grandes beneficiados desta componente seriam obtidos por uma minoria da população, no caso, os residentes com rendimentos declarados mais elevados. A aplicação deste mecanismo de redução de IRS estabelecido no Regime Financeiro das Autarquias Locais, introduz uma variável tributária que subverte os princípios gerais inerentes a este imposto, ao reduzir progressivamente a carga fiscal, quanto maiores forem os rendimentos apresentados, eliminando, em parte, a função redistributiva subjacente a este imposto. ---------- No caso específico do Município de Ourém, em observância ao Orçamento de Estado para 2016 (últimos dados actualmente disponíveis), as receitas desta natureza, ascendem a um valor ligeiramente superior a 1,1 milhões de euros. -------Quadro - IRS previsto na proposta de OE/2016 para os Municípios que compõem a AMLEI-

	IRS - OE/2016		
AMLEI	IRS PIE	%IRS	IRS a transferir
Alvaiázere	127.764 €	5,0%	127.764 €
Ansião	246.546 €	5,0%	246.546 €
Batalha	464.504 €	5,0%	464.504 €
Leiria	5.602.763 €	5,0%	5.602.763 €
Marinha Grande	1.779.428 €	5,0%	1.779.428 €
Ourém	1.123.049 €	5,0%	1.123.049 €
Pombal	1.307.397 €	5,0%	1.307.397 €
Porto de Mós	686.883 €	5,0%	686.883€
F + 0 + 1 F + 1 (0.010)			

Fonte: Orçamento de Estado/2016

Municípios com taxas inferiores Municípios com taxas superiores



-----Quadro –IRS no OE/2016 para os Municípios do distrito de Santarém------

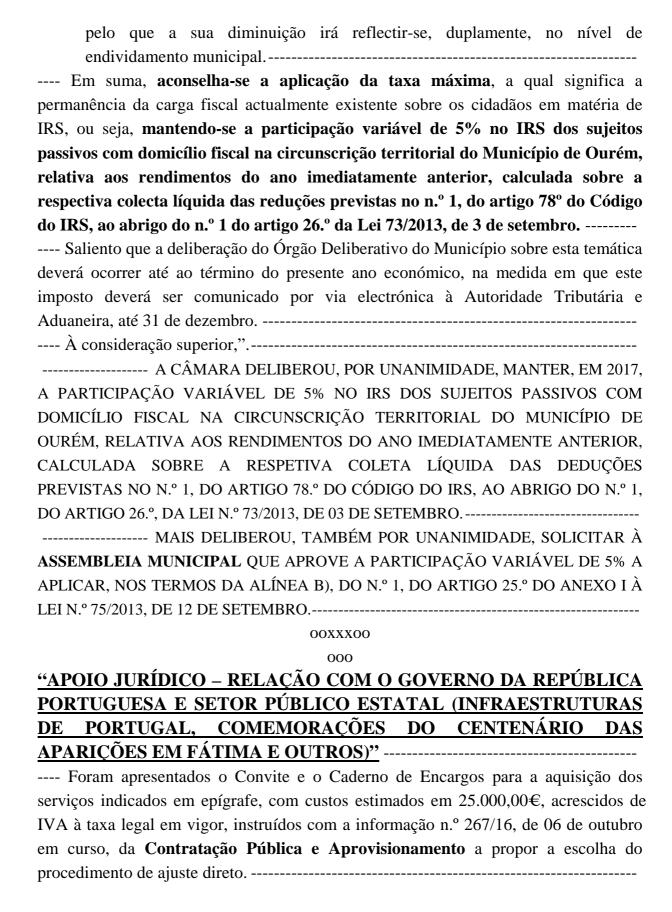
Distrito de Santarém			
Distrito de Santareni	IRS PIE	%IRS	IRS a transferir
Abrantes	1.374.312 €	4,5%	1.236.881 €
Alcanena	376.664 €	5,0%	376.664 €
Almeirim	638.891 €	5,0%	638.891 €
Alpiarça	193.966 €	5,0%	193.966 €
Benavente	1.119.675 €	5,0%	1.119.675 €
Cartaxo	933.459 €	5,0%	933.459 €
Chamusca	212.144 €	5,0%	212.144 €
Constância	147.086 €	5,0%	147.086 €
Coruche	502.688 €	3,0%	301.613 €
Entroncamento	1.154.679 €	5,0%	1.154.679 €
Ferreira do Zêzere	144.199 €	5,0%	144.199 €
Golegã	193.870 €	5,0%	193.870 €
Mação	178.314 €	3,5%	124.820 €
Ourém	1.123.049 €	5,0%	1.123.049 €
Rio Maior	625.290 €	5,0%	625.290 €
Salvaterra de Magos	623.339 €	4,0%	498.671 €
Santarém	2.848.193 €	5,0%	2.848.193 €
Sardoal	119.158 €	5,0%	119.158 €
Tomar	1.456.253 €	4,5%	1.310.628 €
Torres Novas	1.427.060 €	4,0%	1.141.648 €
Vila Nova da Barquinha	303.573 €	4,5%	273.216 €

Fonte: Orçamento de Estado/2016

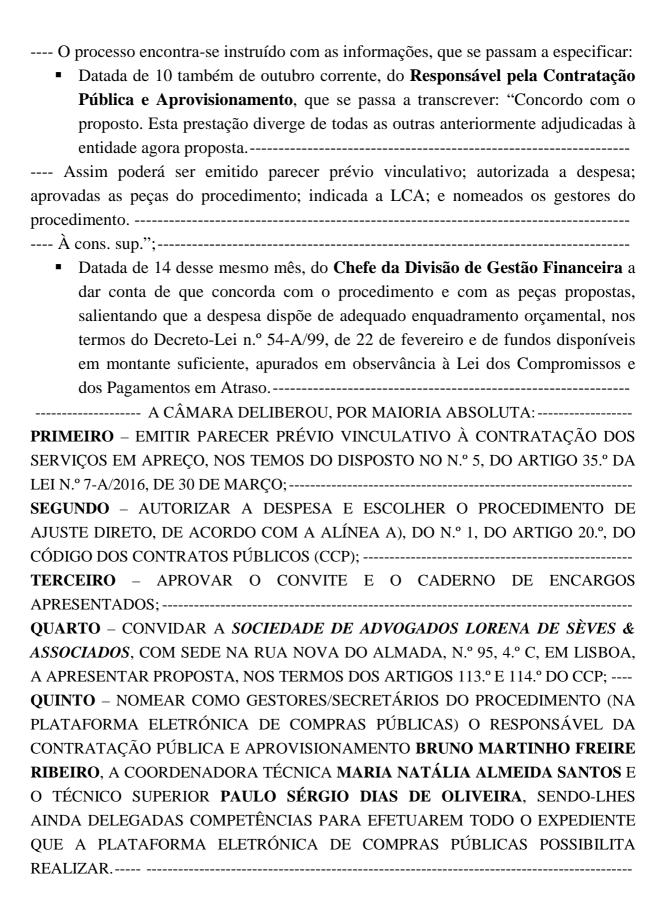
Municípios com taxas inferiores Municípios com taxas superiores

---- Em observância à análise disposta, conclui-se que: -----

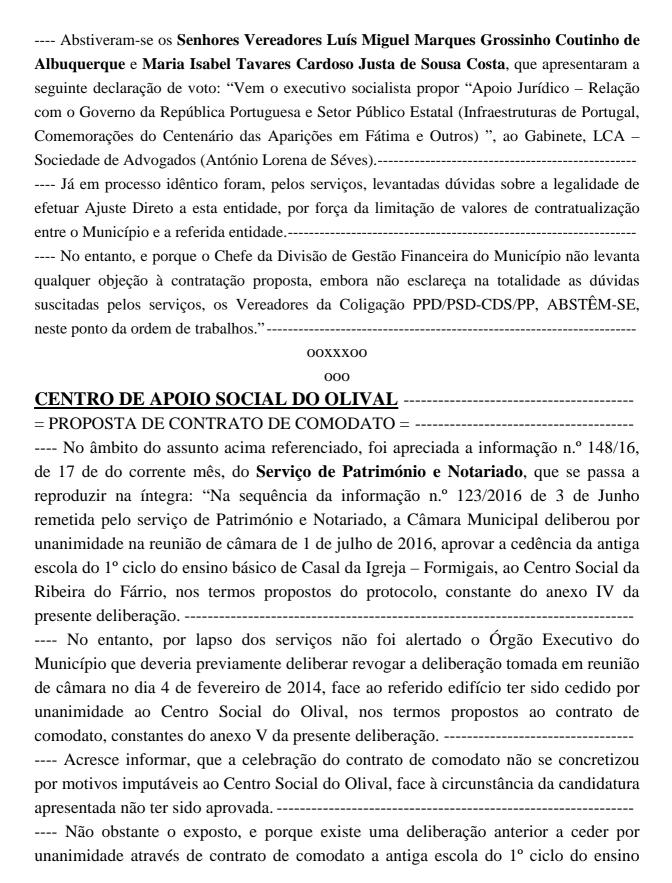
- 1. A redução desta taxa terá um impacto reduzido num cidadão padrão (de rendimentos médios), sendo praticamente nulo nos cidadãos de rendimentos reduzidos.-----
- 2. A redução desta taxa beneficiará os cidadãos com rendimentos declarados mais elevados, subvertendo a função redistributiva adjacente a este imposto.-----
- 3. O montante de redução potencial deste imposto num cidadão padrão (de rendimentos médios), será de materialidade reduzida, facto que não será preponderante no sentido de contribuir para eventuais fenómenos migratórios dentro do território nacional, sob a égide de uma evidente vantagem fiscal. -----
- 4. A redução de 1 p.p. significará uma quebra nas receitas municipais próxima de 224,6 mil euros (tendo por referência os valores constantes no OE/2016)------
- 5. O volume destas receitas municipais atingem uma materialidade já de alguma relevância, salientando-se ainda que esta variável tem influência directa no apuramento do nível de endividamento líquido geral legalmente estabelecido,



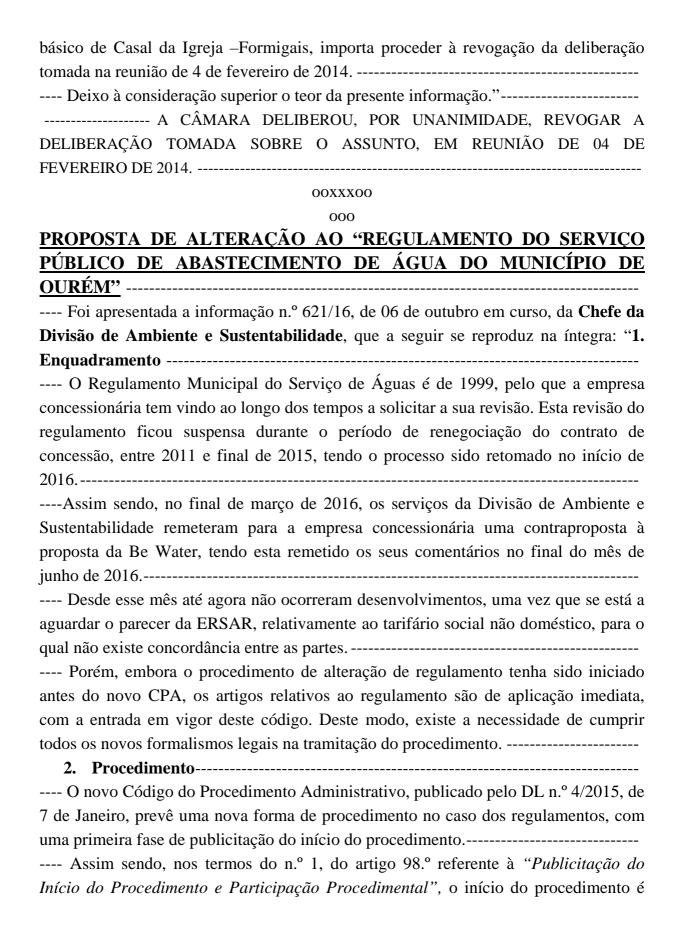




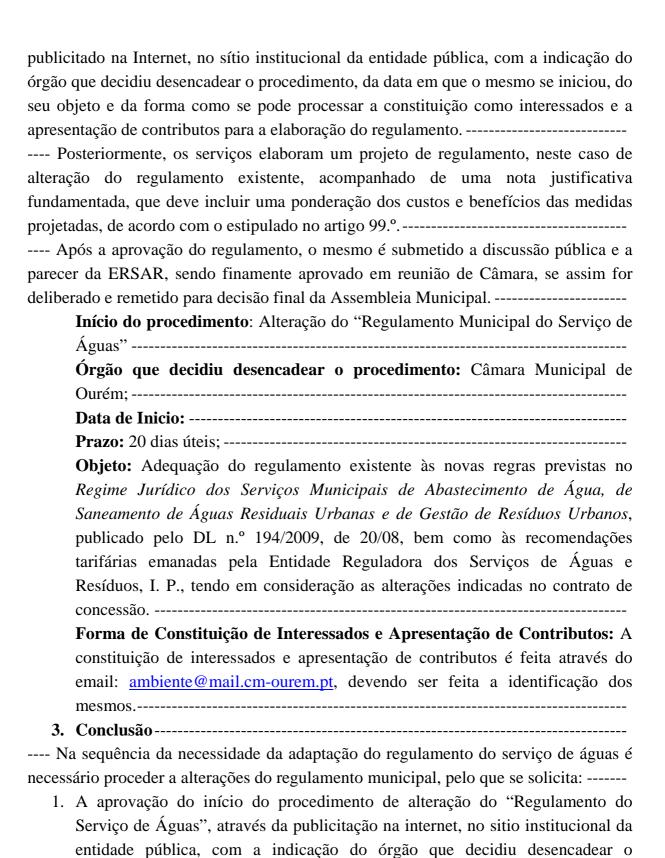






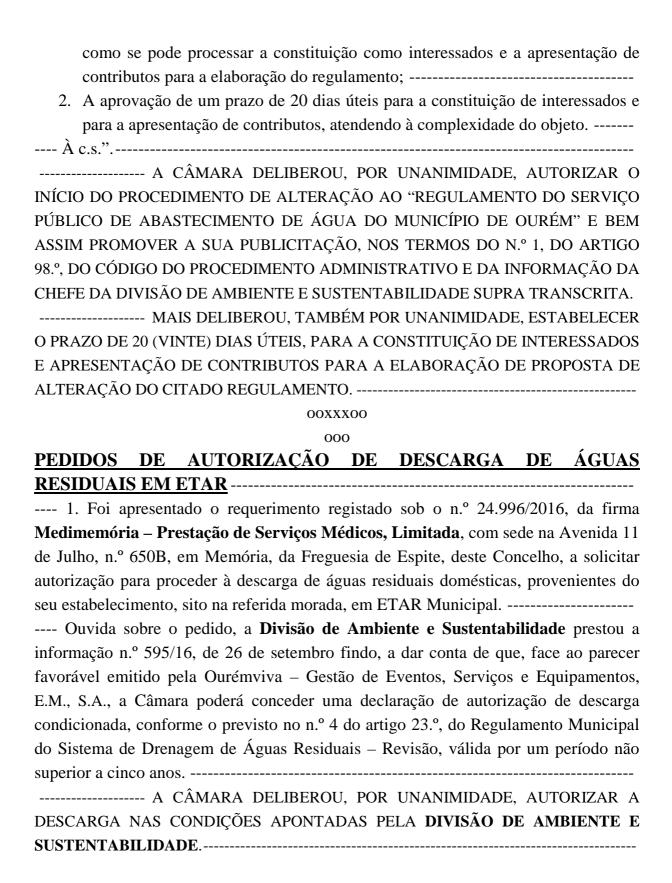




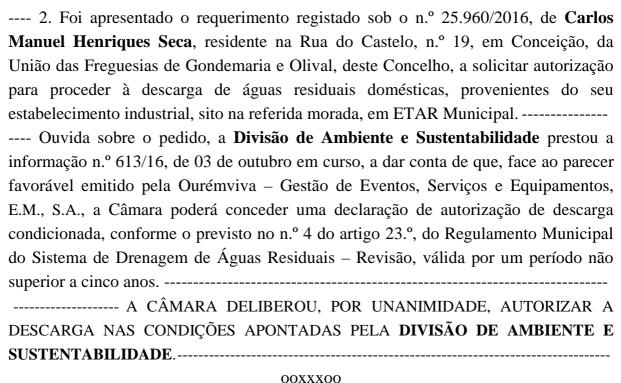


procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma









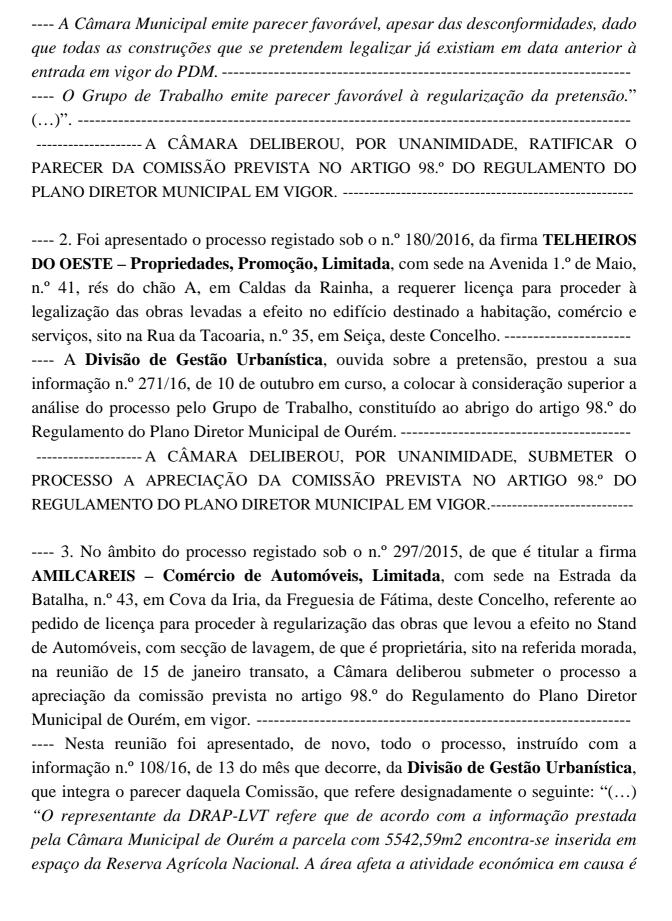
- - - - - - - - -

000

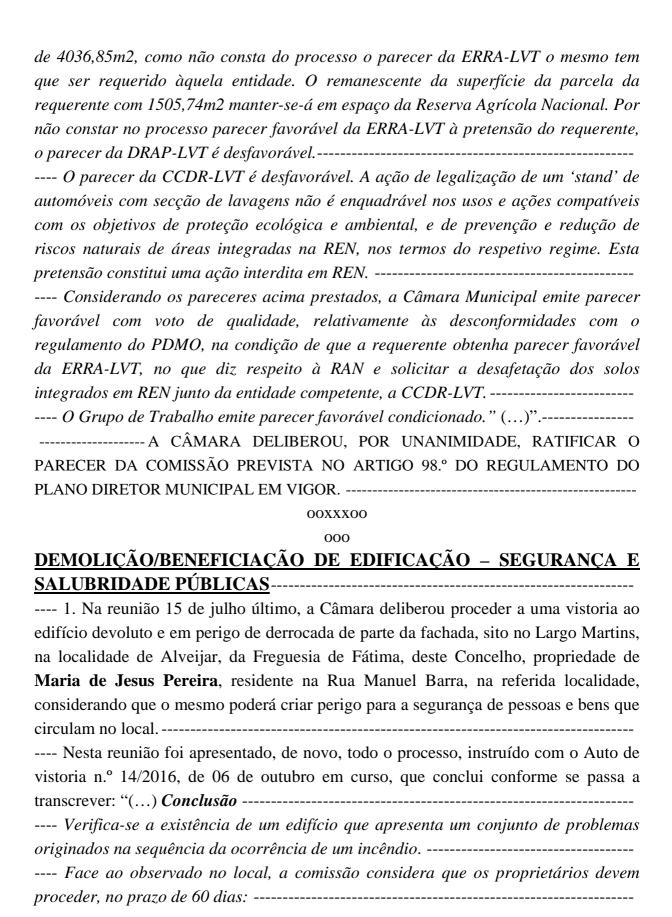
#### <u>LICENCIAMENTOS DE OBRAS PARTICULARES</u>-----

---- 1. No âmbito do processo registado sob o n.º 83/2016, de que é titular a firma RAMECEL - REDE ABASTECEDORA DE MERCEARIAS DO CENTRO, S.A., sedeada na Avenida 21 de Junho, n.º 117, na localidade de Chã, da Freguesia de Caxarias, deste Concelho, referente ao pedido de licença para proceder à regularização de um hall e de uma pala com platibanda, no edifício que possui na Rua dos Combatentes, em Carvoeira, da dita freguesia, na reunião de 17 de junho transato, a Câmara deliberou submeter o processo a apreciação da comissão prevista no artigo 98.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Ourém, em vigor.--------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a informação n.º 110/16, de 13 do mês que decorre, da Divisão de Gestão Urbanística, que integra o parecer da citada Comissão, que refere designadamente o seguinte: "(...) "A CCDR emite parecer favorável, constatando que as construções que se pretende regularizar já existiam em data anterior à publicação do PDM, conforme ortofotomapa de 1998, não afetando REN, RAN ou servidão do domínio hídrico. Verifica-se desconformidade com o índice de implantação, índice de construção e *índice de impermeabilização.* ------



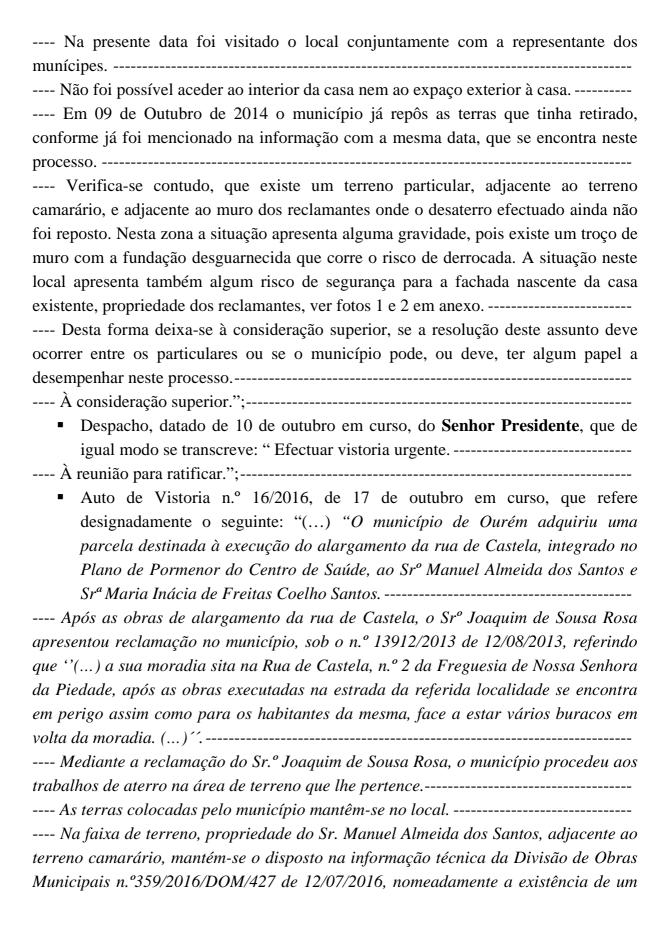




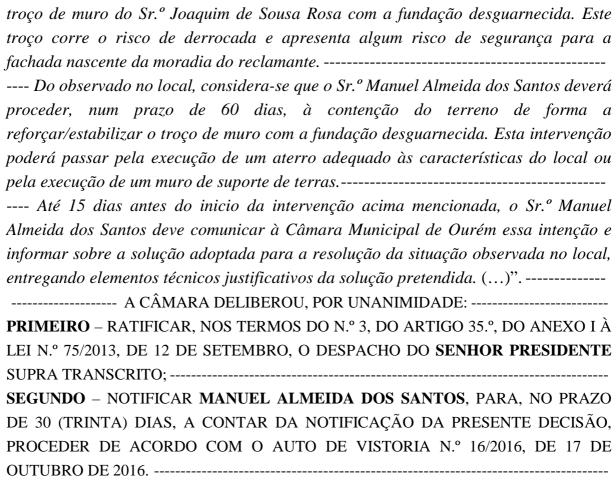




sequência do incêndio, garantindo proteção dos topos das paredes exteriores de forma a prevenir a degradação das mesmas;
<ul> <li>- À demolição parcialmente das paredes interiores e pavimentos que se encontram danificados pelo incêndio;</li> <li>- À reparação da fissura vertical existente entre a verga do vão e o beirado, na</li> </ul>
danificados pelo incêndio;
danificados pelo incêndio;
- À reparação da fissura vertical existente entre a verga do vão e o beirado, na
fachada nascente;
-
- À remoção dos vidros dos vãos que se encontram quebrados ou em via de
desprendimento;
- Os vãos do edifício, devem ser fechados/tapados de modo a impedir a entrada de
intrusos no edifício;
- A remoção do entulho e dos produtos resultantes do incêndio existente no interior do
edifício
Posteriormente, devem depositar os materiais resultantes das demolições e
limpezas em vazadouro licenciado para o efeito."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, NOTIFICAR
MARIA DE JESUS PEREIRA PARA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, A
CONTAR DA NOTIFICAÇÃO DA PRESENTE DECISÃO, PROCEDER DE ACORDO
COM A CONCLUSÃO DO AUTO DE VISTORIA N.º 14/2016, SUPRA TRANSCRITA
2. Na reunião de 03 de junho último, aquando da "Intervenção do Público
Presente", a Senhora Deolinda de Sousa Rosa, residente na Rua de Castela, n.º 2,
nesta cidade, apelou, uma vez mais, para a resolução dos danos causados na sua
habitação, em consequência de desaterro ali levado a efeito pelo Município e pelo
Senhor Manuel Almeida Santos
Nesta reunião foi apresentado o processo, instruído com os documentos a seguir
especificados:
<ul> <li>Exposição registada sob o n.º 15.861/2016, de JOAQUIM DE SOUSA ROSA e</li> </ul>
DEOLINDA DE SOUSA ROSA, residentes na Rue Denis Papin, n.º 4, 63540 em
Romagnat – França, a alertarem, de novo, para a resolução dos danos
provocados na sua moradia, sita na Rua de Castela, n.º 2, nesta cidade;
■ Informação n.º 359/16, de 12 de julho transato, da <b>Divisão de Obras</b>
Municipais, que se passa a transcrever: "Introdução
Serve a presente informação para esclarecer sobre a exposição efectuada por
Joaquim de Sousa Rosa e Deolinda de Sousa Rosa, relaltivo a desaterro efectuado
Análise/conclusão





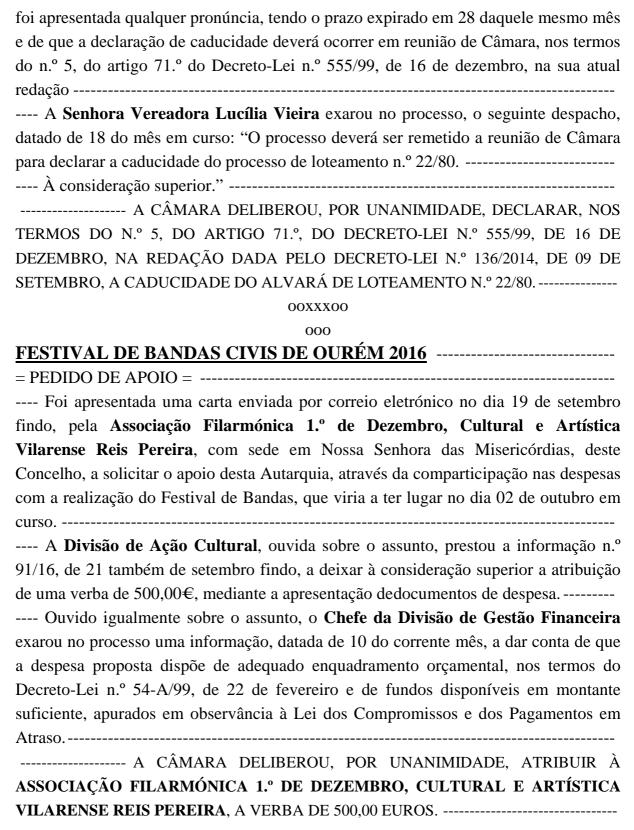


OOXXXOO

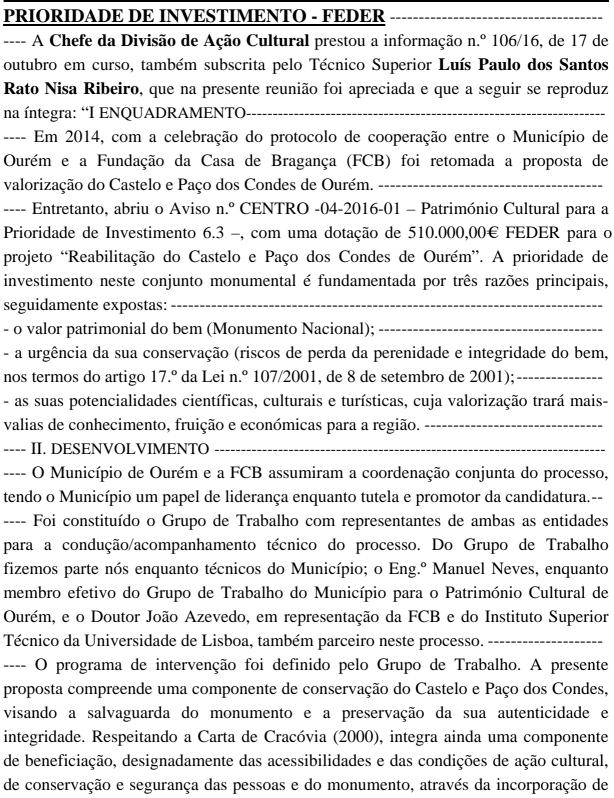
000

#### LOTEAMENTO URBANO -----











escentem no princípio de reversibilidade
assentam no princípio da reversibilidade.
O plano de conservação e restauro do monumento foi desenvolvido por
especialistas do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, conjuntamente
com técnicos do Município designadamente na elaboração do caderno de encargos; o
projeto de arquitetura e os projetos de especialidades foram executados por equipas
contratadas pela FCB, ficando a arquitetura a cargo do arquiteto João Lino, as
especialidades de paisagismo, drenagens e eletricidade a cargo do Gabinete A1V2, e a
especialidade de estruturas a cargo do eng.º João Azevedo
A condução do processo foi articulada com a Direção Geral do Património
Cultural através de um trabalho técnico conjunto, que se revelou rigoroso e concertado
entre os propósitos de intervenção (priorizando a conservação, a segurança e as
acessibilidades) e as condicionantes de intervenção neste Monumento Nacional
O programa de intervenção integrou um conjunto de trabalhos sumariamente
compostos pelas seguintes ações:
1. Pesquisa bibliográfica, documental e arqueológica, inclusivamente da
arqueologia da arquitetura – 1.ª fase, sendo que importa prosseguir e aprofundar
para as candidaturas PEDU. O Município assumiu a contratualização de
serviços de arqueologia para o efeito
2. Pesquisa, diagnóstico de patologias e plano de recuperação do conjunto
monumental Castelo e Paço dos Condes (definição de técnicas, metodologias e
materiais a utilizar na intervenção de conservação e restauro). Elaboração do
Caderno de Encargos
3. Beneficiação das condições de segurança e das acessibilidades no Castelo, no
Paço dos Condes (Torre Central e Torres-Baluarte) e entre os vários edifícios
Inscrevem-se aqui:
•
- Um passadiço no Castelo (ligação entre a Torre da D. Mécia e a Torre nordeste,
numa perspetiva interpretativa do território - o acesso a esta zona definida dos adarves
funcionará como miradouro que permitirá tirar partido do grande alcance de visão a
partir destes pontos altos do Castelo.);
- a "reposição" de um passadiço de ligação entre a Torre Central e a Torre-Baluarte
nascente;
- a consolidação dos taludes na encosta sul do Castelo
- a melhoria da escadaria que liga o Castelo à Torre Central do Paço dos Condes;
- a regularização do piso do túnel maior que atravessa a torre central do Paço dos
Condes;



- a instalação de guardas nos terraços das Torres-Baluar	te;	
- a instalação de coberturas nas três torres do Castelo e fecho dos vãos e seteiras, como		
medida de conservação, mas também de preparação para o programa de musealização		
das mesmas (o qual se encontra em elaboração no âmbito da candidatura PEDU)		
- a instalação de pavimentos reversíveis no interior da T		
- a pavimentação da Torre do Alcaide;		
- a instalação de algumas insfraestruturas elétricas e sis		
na perspetiva de guia do visitante. Também esta espec	· •	
profundidade em sede de programa de intervenção no âi		
- a definição de sistemas de drenagem ajustados à		
caraterísticas patrimoniais do conjunto monumental	•	
II PONTO DE SITUAÇÃO		
1. Os projetos de execução de arquitetura e de espe		
2. O Relatório Prévio mereceu o parecer favo		
Património Cultural		
3. O processo está devidamente instruído e valida		
do Município		
4. O valor estimado de intervenção é o seguinte:		
Arquitectura Paisagista	105.435,00 €	
Hidráulica	744,00 €	
Electricidade	54.408,32 €	
Requalificação	124.323,27 €	
Restauro	450.000,00€	
Trabalhos arqueológicos	3.000,00€	
Acompanhamento e fiscalização das obras por	20.000,00€	
entidade externa <b>Total Estimado</b>	757.910,59€ €	
Total Estillado	737.910,39€ €	
III PROPOSTA		
Propõe-se a aprovação dos projetos de execução (ar		
Executivo Camarário, bem como a aprovação da submissão da candidatura de		
financiamento já mencionada, cujo prazo termina em 30 de outubro de 2016."		
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE:		
PRIMEIRO – APROVAR OS PROJETOS DE EXECUÇÃO (ARQUITETURA E		
ESPECIALIDADES) E INCUMBIR A <b>DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA</b> DE		
,	· <del></del>	

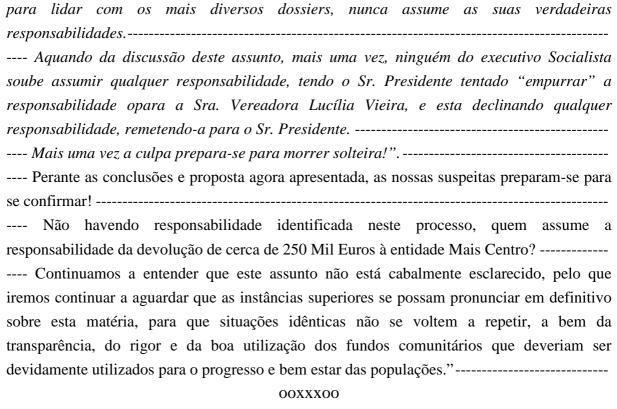






---- Em cumprimento daquela deliberação, a Sociedade de Advogados Lorena de Sèves & Associados, com sede na Rua Nova do Almada, n.º 95, 4.º C, em Lisboa, remeteu Memorando, datado de 30 de dezembro de 2015, a propor o início de um procedimento administrativo comum, designando um instrutor com a missão de apurar eventuais indícios de infrações disciplinares ou outras. --------- Posteriormente foi apresentado Relatório, datado de 02 de setembro de 2016, do instrutor designado por despacho, de 21 de janeiro de 2016, do Senhor Presidente, a propor o arquivamento dos autos constantes do processo de inquérito.--------- Nesta reunião foi apresentado todo o processo, acompanhado com a informação, datada de 14 de outubro em curso, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, que a seguir se transcreve: "Em cumprimento do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 2016.09.14, foi remetido P.º ao Dr. Lorena de Sèves (ANEXO A), que em resposta apresentou o memorando referido nos ANEXOS B e C (SGD 27629). --------- Assim, propõe-se que se remeta todo o processo a reunião de Câmara, que é o órgão competente para a sua decisão." ---------- A CÂMARA FICOU INTEIRADA. --------- Os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, apresentaram a seguinte declaração política: "Na sequência da deliberação de Câmara para abertura de processo de inquérito sobre o processo "Operação Centro - 09-0650-FEDER-Beneficiação da EN 113-1" é agora apresentado pelo instrutor nomeado pelo Município, Dr. Manuel Vicente Santos, o relatório final. --------- De acordo com as conclusões do referido relatório, é proposto pelo instrutor o seguinte: --" de todas as diligências realizadas, não foi possível identificar o autor ou autores dos factos objeto do presente inquérito".--------- Depois de lermos atentamente todo o Relatório constatámos que o mesmo desresponsabiliza os técnicos do Município que foram intervenientes diretos na empreitada, pois, de acordo com os seus depoimentos a sua intervenção, nesta empreitada, foi sempre orientada de acordo com indicações superiores. --------- Já em 20 de Novembro de 2015, apresentámos uma declaração politica onde referíamos que "Ora, perante este rol de factos tem que haver responsáveis e consequências políticas, pois não podemos admitir que tais procedimentos e práticas, sejam admissíveis no nosso Município. Culpar os técnicos responsáveis pela fiscalização da obra, é, infelizmente prática corrente deste executivo Socialista, que, para esconder a sua incompetência e impreparação



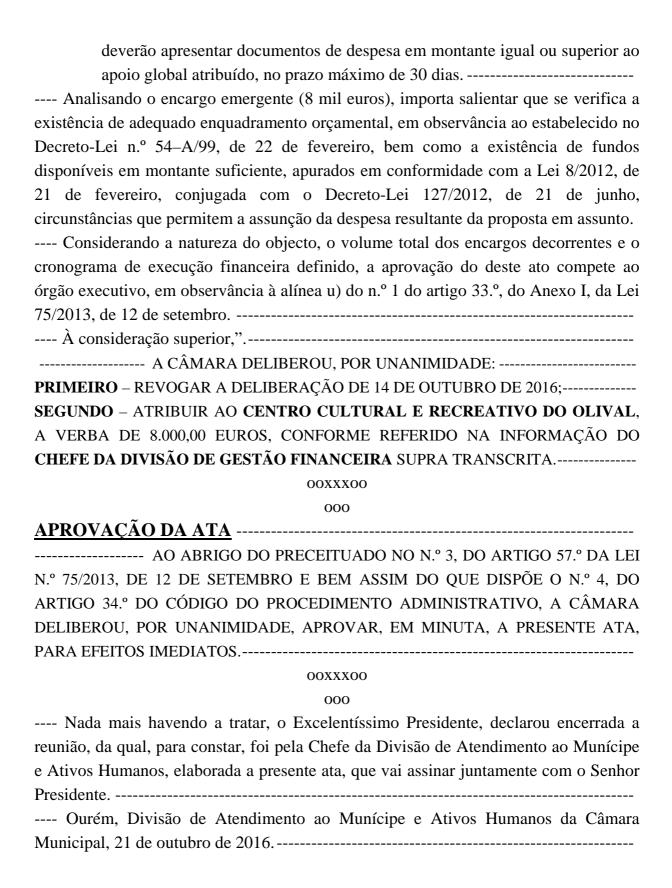


000

#### "RALLY VILA MEDIEVAL DE OURÉM" -----

- 1.ª prestação no valor de 5 mil euros (de imediato); -----
- 2.º e última prestação no valor de 3.000 euros após apresentação de documentos de despesa enquadráveis neste âmbito em montante igual ou superior ao valor da primeira prestação. Após o pagamento da 2.ª prestação,







#### O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS,



# ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 21/10/2016

## = PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

#### 1. PRESIDÊNCIA

#### 1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

#### 1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

= Autorização prévia para ações de (re)arborização – Carta registada sob o n.º 27.095/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Manuel da Silva Pontes.

## 2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

#### 2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

- = Ampliação do número de compartes Requerimento registado sob o n.º 24.063/2016, de Adriano Vieira Pinheiro da Costa, sobre prédio sito em Peras Ruivas, da Freguesia de Seiça;
- = Protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a EDP Distribuição Energia, S.A. Circular de referência 74-PB/2016, datada de 13 do mês findo, da ANMP.

#### 3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- Situação económica e financeira do Município Informação semestral do Auditor Externo
   Carta, datada de 09 de setembro de 2015, do Revisor Oficial de Contas Leal, Carreira & Associados SROC;
- = Mecanismos de controlo e monitorização dos valores provenientes de taxas e tarifas de saneamento e de resíduos sólidos Proposta de Acordo de comunicação de dados e confidencialidade Informação n.º 85/16, de 06 de setembro findo, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = IMI Imposto Municipal sobre Imóveis 2017 Informação n.º 88/16, de 21 de setembro findo, do Chefe da DGF;
- = Receitas Municipais Participação variável no IRS Informação n.º 99/16, de 21 de setembro findo, do Chefe da DGF.

#### 3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

= "Apoio jurídico – Relação com o Governo da República Portuguesa e Setor Público Estatal (Infraestruturas de Portugal, comemorações do Centenário das Aparições em Fátima e outros)" – Informação n.º 267/16, de 06 do corrente mês, da Contratação Pública e Aprovisionamento.



#### 3.2. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

= Centro Social do Olival – Proposta de Contrato de comodato – Informação n.º 148/16, de 17 de outubro em curso, do Serviço de Património e Notariado.

#### 4. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Proposta de alteração ao "Regulamento do serviço público de abastecimento de água do Município de Ourém" Informação n.º 621/16, de 06 de outubro em curso, da Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
- = Pedidos de autorização de descarga de águas residuais em ETAR:
  - 1. Requerimento registado sob o n.º 24.996/2016, da firma Medimemória Prestação de Serviços Médicos, Limitada;
  - 2. Requerimento registado sob o n.º 25.960/2016, de Carlos Manuel Henriques Seca.

#### 5. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamentos de obras particulares:
  - Processo registado sob o n.º 83/2016, da firma RAMECEL Rede Abastecedora de Mercearias do Centro, S.A., instruído com a informação n.º 110/16, de 13 do mês que decorre, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
  - 2. Processo registado sob o n.º 180/2016, da firma Telheiros do Oeste Propriedades, Promoção, Limitada, instruído com a informação n.º 271/16, de 10 do mês em curso, da DGU;
  - 3. Processo registado sob o n.º 297/2015, da firma Amilcareis Comércio de Automóveis., Limitada, instruído com a informação n.º 108/16, de 13 de outubro em curso, da DGU;
- = Demolição/Beneficiação de Edificação Segurança e Salubridade Públicas:
  - 1. Auto de Vistoria n.º 14/2016, de 06 de outubro em curso, sobre edifício devoluto, sito no Largo Martins, em Alveijar Fátima, propriedade de Maria de Jesus Pereira;
  - 2. Requerimento registado sob o n.º 15.861/2016, de Joaquim de Sousa Rosa e Deolinda de Sousa Rosa, instruído com o Auto de Vistoria n.º 16/2016, de 17 de outubro em curso;
- = Loteamento urbano Requerimento registado sob o n.º 1241/2016, de Jorge Fialho Faustino, instruído com a informação n.º 20/16, de 29 de setembro findo, da DGU.

#### 6. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

- = Festival de Bandas Civis de Ourém 2016 Pedido de apoio Carta enviada por correio eletrónico no dia 19 de setembro findo, da Associação Filarmónica 1.º de Dezembro Cultural e Artística Vilarense Reis Pereira;
- = Proposta de projeto de "Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém" a integrar a Candidatura ao Aviso Centro-04-2016-01 Património Cultural para a Prioridade de Investimento FEDER Informação n.º 106/16, de 17 de outubro corrente, da Chefe da Divisão de Ação Cultural, também subscrita pelo Técnico Superior Luís Paulo dos Santos Rato Nisa Ribeiro;
- = Dia Internacional "Cidades pela Vida Cidades Contra a Pena de Morte" 2016 Carta enviada por correio eletrónico no dia 05 de outubro em curso, pela Comunidade de Sant'Egídio.

## 7. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

= Operação Centro-09-0650-FEDER-012001 — Beneficiação da E.N. 113-1 — Processo de inquérito — Informação, datada de 14 de outubro corrente, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso.



#### Câmara Municipal de Ourém, 18 de outubro de 2016

#### O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



# ADITAMENTO À ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 21/10/2016

# 8. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COMUNICAÇÃO

= "Rally Vila Medieval de Ourém" – Informação n.º 98/16, de 20 de outubro em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira.

Câmara Municipal de Ourém, 21 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



## **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 14-10-2016 a 20 -10-2016

Processo nº	Requerente	Local
280/2014	Bilreiros & Bilreiros da Silva, Lda.	Rua Cónego Bento, Nº 36 – Reca – Ribeira do Fárrio – da União das Freguesia de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
2657/1969	Carolina Miguel da Graça Henriques	Estrada do Ribeirinho, n.º 11 – Ourém – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
115/2016	Davide Jacinto Ferreira	Rua da Portela, Nº 26 – Gondemaria – da União das Freguesias de Gondemaria e Olival
318/2012	Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima	Avenida Dom José Alves Correia da Silva – Cova da Iria – Freguesia de Fátima
183/2016	João Tiago Vala Carreira	Estrada de Fátima – Murtal – Freguesia de Atouguia
218/2016	Jorge Fialho Faustino	Rua da Pontinha – Vilar dos Prazeres – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
287/2016	Maria Isabel Batista de Oliveira	Rua Gregório Correia, Nº 12 – Ourém – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
15/2014	Maria Olinda da Conceição Ferreira dos Reis e Domingos Pereira dos Reis	Rua Principal, Nº 44 - Pedreira - Freguesia de Fátima
143/2016	Tiago Baptista Cristóvão	Estrada de Fátima – Murtal – Freguesia de Atouguia
88/2016	Verónica Fartaria Marto	Rua Principal - Casa Velha - Freguesia de Fátima

Ourém, 21 de outubro de 2016

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



### DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 14/10/2016 a 20/10/2016

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
27034	P'Escola-Associação Cultural e Recreativa e Desportiva da Soutaria	Licença de Ruído
27552	Hipótese Radical, Lda.	Licença de Ruído
22563	Vítor Hugo Cadinali, Lda.	Licença de Recinto
26766	Azenha Convivium Bar, Lda.	Licença de Ruído
26632	Condomínio S. Paulo, 18 em Fátima	Inspeção de elevador
27555	Hipótese Radical, Lda.	Licença de Recinto Improvisado

Ourém, 21 outubro de 2016

#### Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)